



PARECER PRÉVIO Nº 47/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10175/2013.

Aposos: Processo nº 10033/2013 e 10076/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Careiro

4- Exercício: 2012

5- Responsável: Joel Rodrigues Lobo (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2213/2017-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Careiro. Exercício de 2012.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Careiro, exercício de 2012 de responsabilidade do **Sr. Joel Rodrigues Lobo** - Prefeito Municipal, com fundamento no art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE 09/97;

11- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Novembro de 2018



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 47/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro Relator

JULIO CABRAL

Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro

JOAO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 47/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 47/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10175/2013.

Apensos: Processo nº 10033/2013 e 10076/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Careiro

4- Exercício: 2012

5- Responsável: Joel Rodrigues Lobo (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2213/2017-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça,

9- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Careiro. Exercício de 2012

Irregularidade. Multa. Alcance. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, , nos termos do voto do Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Careiro, exercício 2012 de **Sr. Joel Rodrigues Lobo** – Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96.

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Joel Rodrigues Lobo** no valor de **R\$ 13.152,36**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, com fundamento no art. 308, II do Regimento Interno do TCE/AM, pelos itens 01 e 06 do Relatório Conclusivo n. 33/2014 – Dicami/CI;
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a” , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo**



ACÓRDÃO Nº 47/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 47/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Joel Rodrigues Lobo** no valor de **R\$ 8.768,25**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, com fundamento no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002 pelos itens 02, 10, 13, 14, 17, 18, 20, 22, 25, 27, 28, 29, 30 e 31 do Relatório Conclusivo n. 33/2014 – Dicami/CI; Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.4. Considerar em Alcance o Sr. Joel Rodrigues Lobo** no valor de **R\$ 837.976,35** que devem ser recolhidos no prazo de 30 dias com as devidas atualizações monetárias, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Careiro com fundamento no art. 304, I da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei 2.423/96, por despesas não comprovadas – item 14b do Relatório Conclusivo n. 33/2014 – Dicami/CI;
- 10.5. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa** das multas e débito do **Sr. Joel Rodrigues Lobo**, bem como, fica a Dicrex autorizada a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02, no caso de não recolhimento no prazo de 30 dias.
- 10.6. Recomendar ao Sr. Joel Rodrigues Lobo e a Prefeitura Municipal de Careiro** que:
- Cumpra os prazos para remessa de dados eletronicamente quanto aos sistemas E-contas e Gefis;
 - Observe o correto e completo preenchimento das informações nos Sistemas deste TCE/AM;
 - Observe com mais zelo a Lei de Licitações e Contratos.



ACÓRDÃO Nº 47/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 47/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- d) Evite a movimentação de grande volume de recursos financeiros em espécie;
- e) Observe com mais rigor as normas brasileiras de contabilidade quanto a correta escrituração e elaboração das demonstrações contábeis.
- f) Observe com maior rigor o que determina o art. 12 da Lei n. 4320/64;
- g) Zele pelo fiel registro das receitas tributárias municipais;
- h) Evite o registro patrimonial de ativos em nome da própria prefeitura nas demonstrações contábeis.
- i) Proceda a instalação, alimentação e manutenção de sistema de controle de bens em estoque;
- j) Proceda os repasse das retenções previdenciárias dentro dos prazos definidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

10.7. Determinar ao Sepleno que extraia cópia do Relatório Conclusivo n. 45/2014 – Dicop (fls. 717-748) e encaminhe ao Tribunal de Contas da União para conhecimento e adoção das medidas que entender cabíveis.

10.8. Dar ciência deste Acórdão ao **Sr. Joel Rodrigues Lobo**.

10.9. Arquivar os presentes autos e seus apensos, nos termos regimentais, após cumpridas as medidas acima.

11- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Novembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 6

ACÓRDÃO Nº 47/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 47/ 2018 – TCE – Tribunal Pleno)

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral